

A função da escola-igreja no processo de colonização de Alta Floresta – Mato Grosso¹

The functions of church school in the process of Alta Floresta colonization – Mato Grosso

Rosane Duarte Rosa^{**}

RESUMO

Este artigo trata do processo de Formação do Colono em Alta Floresta, no Mato Grosso, no período de 1976 a 1996. O projeto de colonização ocorreu pela iniciativa privada do empresário Ariosto da Riva, mas contou com a colaboração do Governo Federal e da igreja. As escolas foram fundadas num processo de preparação das pequenas comunidades, pois a partir da abertura de um loteamento de terras, o colonizador destinava uma área para a construção da escola, que também era utilizada como igreja. Nesse contexto, as escolas tiveram uma participação decisiva no projeto de colonização e isso fica evidente quando se analisam as relações educativas, formais ou não, que aconteciam nesse espaço. A igreja-escola assumia para si a função de ser um ambiente de encontro dos colonos para rezar, aprender, ensinar, celebrar a vida e a morte, as vitórias e as derrotas de um povo que sonhava e lutava por uma terra prometida.

Palavras-chave: história, colonos, escola-igreja.

^{*} Este artigo apresenta resultado parcial do Projeto de Pesquisa *Estudo e Preservação de Memória do Processo de Colonização da Amazônia Norte Mato-grossense*, que recebe apoio financeiro da FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso .

^{**} Mestre em Educação, Professora/pesquisadora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Alta Floresta. E-mail: rosane.rosa@zipmail.com.br.

ABSTRACT

This article is about the process of Alta Floresta Colonization, Mato Grosso, within 1976 to 1996. The project of colonization happened by private initiative of the contractor Ariosto da Riva, but it counted on the cooperation of the federal government and the church. The school was founded in a process of settlement of small communities so that from the opening of land lots, the colonizer set apart some land to build the schools and it was used as a church. In this context, the schools played a very important role in the colonization process, and it becomes visible when we analyzes the educative relations, formal or not, that happened in that time. The church school got to itself the functions of being a space of meeting for the colonist to pray, learn, teach, celebrate life and death, the victories and defeats of a people who dreamed and fought for a promised land.

Key-words: history, colonists, school-church.

Introdução

A questão sobre a luta pela posse da terra tem se acirrado nos últimos anos, mas é preciso lembrar que esse é um dos problemas sociais mais remotos, pois os homens sempre lutaram para demarcar o seu território. Essa problemática pode ser observada, por exemplo, na questão da parceria entre a Igreja Católica e o Estado no processo de ocupação e colonização do Brasil colônia. Uma parceria que continua nos dias atuais, com a participação efetiva de várias igrejas nos projetos de colonização da Amazônia. A igreja, como um dos aliados dos projetos de colonização, participou ativamente nesse processo, dito civilizador, definido pelo colonizador e seus pares, como uma ocupação seletiva e ordenada.

O estudo desse processo de colonização sempre traz, para quem ousa revolver as falas do passado e do presente, facetas de uma realidade extremamente marcada pela ação da violência contrastando com a necessidade de “civilizar” a região. Desse modo, entendemos que a presença de alguns religiosos, no sentido de idealizar e acompanhar esse processo, tinha uma função muito clara para os colonizadores e não para os migrantes, que se envolveram com a igreja como se esta fosse a sua única chance de se manter civilizados em meio à selva.

Estudamos assim o papel da igreja nesse contexto e o papel da escola-igreja como um dos espaços mais importantes na formação e preparação dos colonos. Este ensaio é consequência de nossas pesquisas¹ sobre o processo de

colonização de Alta Floresta, mais especificamente do papel da escola como espaço de formação dos colonos nesse projeto. Durante as pesquisas, temos observado que todo o processo de colonização recebia, além da atenção e diretrizes do seu colonizador, uma organização e preparação via atuação da Igreja Católica. Isso se evidencia nas falas dos colonos, nas reportagens, fotografias e outros documentos nos quais o sacerdote está sempre presente e ocupando lugar de destaque entre as autoridades do projeto.

Essa atuação da igreja, que começa durante a construção da BR 163 (rodovia Cuiabá-Santarém) e se estende por toda a existência do projeto, é um dos elementos necessários de ser investigados para a compreensão desse capítulo da história da colonização do país. Desse modo, fez-se necessária a ampliação do foco de estudo para atingir outras instituições (como a família), e as relações da igreja com a colonizadora e o Estado.

A igreja, no contexto do projeto, se constituiu num dos instrumentos de formação para fixar e manter o colono na terra, possibilitando assim a ocupação definitiva da região. Compreender a dimensão da atuação da igreja neste contexto passa pela necessidade de entender seu papel na formação dos colonos, no intuito de organizar as suas vidas e de criar uma nova identidade, uma identidade voltada para as questões da Amazônia a sua preservação e ocupação racional. Ao abordar o trabalho da igreja, como pioneira na propaganda da colonização como terra prometida, poderemos entender a sua importância para esse processo e, a partir daí, compreender a sua constituição como elemento formador de uma identidade de acordo com as necessidades de manter o colono na terra.

O projeto de Alta Floresta na colonização da Amazônia

A colonização da Amazônia é sem dúvida um novo capítulo na história de vida de uma população migrante em busca do seu pedaço de terra, que enfrenta qualquer tipo de adversidade e se submete aos mais variados regimes de distribuição e ocupação de terra para encontrar seu espaço.

1 Projeto de Pesquisa de Mestrado *A Função das Escolas nos Projetos de Colonização do Norte Mato-grossense* e do Projeto de Pesquisa *Estudo e Preservação de Memória do Processo de Colonização da Amazônia Norte Mato-grossense*.

Assim, como entender os motivos que levaram homens comuns a se tornarem homens tão fortes e capazes de resistir a tudo e a todos para encontrar um lugar onde pudessem dar um futuro melhor para seus filhos? Na verdade, esses povos errantes, pela sua condição de nômades, sempre caminharam de um lado para outro em busca de algo, não desistindo nunca, acreditando no desconhecido, fazendo histórias e obedecendo a uma voz interior que os mandava avançar. Mas avançar para onde? Em busca de qual futuro? O sonho da terra farta, da terra grande, do espaço para trabalhar com toda a família foi o terreno fértil na qual foi lançada a idéia da colonização. Uma semente de esperança de terra para trabalhar, de reconstrução da família, de escola para os filhos e até mesmo de riqueza, poder... Enfim, de um mundo de sonhos sem limites. Foi justamente assim que uma empresa privada apostou nos pequenos agricultores do Sul, mais especificamente do Estado do Paraná, para construir, em plena Amazônia, um projeto de colonização que deveria tornar-se um novo pólo agrícola para o país. Nesse contexto, a igreja, utilizando o espaço da escola, atuou significativamente no processo de acolhimento e formação de uma nova sociedade em plena Amazônia.

O projeto de colonização de Alta Floresta é a materialização de um sonho definido *a priori* pelo seu colonizador como “Sonho que se sonha a dois não é mais sonho, é realidade” (*Folha da Floresta*, 1985, p. 03). Entretanto, essa realidade às vezes se esconde, e em outras se deixa revelar nas relações sociais que demarcam a identidade de um povo sonhador. A promessa de trabalho, a presença da igreja, da escola e da família como elementos reais que formam uma nova sociedade, senão pela organização com certeza pelo cenário, vão se constituir na base da promoção das propagandas da empresa sobre o projeto. Ao viver a experiência de fazer parte desse projeto, os colonos, com seus próprios conhecimentos e organizações, vão construir a consciência de ocupação da terra que será sempre mediada pela Indeco². Então, para descrever a história desse povo, foi necessário um estudo aprofundado de como as relações entre os sujeitos desse processo foram sendo estabelecidas dentro do projeto. Além disso, de

2 Indeco – Integração, Desenvolvimento e Colonização foi a empresa privada que implantou o projeto de colonização Gleba Indeco no norte de Mato Grosso. Essa empresa pertencia a Ariosto da Riva, o colonizador, que a partir desse projeto tornou-se uma pessoa muito conhecida na região. E, como uma personalidade, também teve o seu lado polêmico, mas dentro do projeto era adorado pelos colonos e assim foi condecorado como o Bandeirante do século XX.

como certas instituições foram se articulando no intuito de formar uma consciência sobre a colonização.

Desse modo, para estudar a colonização do município de Alta Floresta, mais precisamente o modo pelo qual a igreja, escola e outros espaços sociais atuaram na formação do colono, foi necessário levar em consideração a experiência de fazer parte de um projeto de colonização. A nosso ver, o entendimento dessas experiências é que possibilitou, ao lado das análises teóricas, uma compreensão mais aprofundada da realidade vivida pelos colonos e colonizador.

A igreja, no contexto do projeto do Indeco, principalmente a Católica, foi um dos elementos primordiais na colonização, posto que, durante todo o processo, desde a construção da estrada até o assentamento dos colonos, esteve sempre presente e atuando no processo de colonização. Assim como os jesuítas que, na época do Brasil colônia, atuaram como catequizadores dos povos indígenas e na formação dos primeiros colonizadores podemos dizer que também os Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora assumiram no projeto de colonização uma função similar.

A participação da igreja na colonização do norte do Mato Grosso possui dimensões muito amplas, atingindo a maioria dos projetos dessa região. No projeto de Alta Floresta, o padre que iniciou os trabalhos já era proveniente de outros projetos de colonização da mesma região, onde implantou, via rede escolar, um sistema comunitário que permanece em vigor até hoje. Tratava-se do padre Geraldo, que ficou conhecido na região como o colonizador de batina³, pois em parceria com a colonizadora Indeco, ele recebeu, consolou e orientou os colonos para deixarem de lado a sua vida anterior e construir uma nova vida em Mato Grosso. Incentivando-os a abandonar as suas lembranças, suas histórias de vida, os colonos foram adaptando-se à nova realidade, que agora mostrava-se como o único meio para que, tanto eles como as suas famílias, conseguissem ter um futuro digno, seguro e promissor. Além do

3 Padre Geraldo da Silva Araújo é sacerdote Sacramentino de Nossa Senhora. Veio para o norte de Mato Grosso em 1974, fixando-se inicialmente em Sinop. Atendeu os soldados do 9.º BEC e, seguindo-os, mais tarde instalou-se em Colíder. Com a construção da rodovia J-1, que mais tarde tornou-se a MT-208, ele resolveu dar assistência aos construtores da estrada e acabou conhecendo Ariosto. Como ele já enfrentava problemas com o colonizador de Colíder, resolveu instalar-se definitivamente em Alta Floresta. Teve a acolhida dos colonos e foi o fundador da maioria das comunidades da zona rural, onde permaneceu até 1994, realizando um trabalho paralelo com a Indeco.

padre Geraldo, também vieram depois o professor Benjamim Pádua e o professor Blásio Schimitt, ambos ex-padres que tiveram como função a organização da rede escolar do projeto, bem como a função de fazer o registro da história do projeto.

Responsáveis pela organização das escolas, eles tiveram uma participação decisiva no projeto de colonização, que fica muito evidente quando se analisam as relações educativas formais ou não que aconteciam nesse espaço. Se os dois últimos se limitavam ao espaço escolar, o padre Geraldo com certeza foi muito além disso, pois ele se deslocava por todos os espaços do projeto e ainda orientou o trabalho educacional quando propôs que igreja e escola deveriam ocupar o mesmo espaço. Isso não ocorreu na cidade onde a Indeco se encarregou de construir a escola e a igreja separadamente, mas na zona rural foi exatamente assim, escola e igreja ocupando o mesmo espaço.

A escola-igreja ou igreja-escola sempre esteve presente no projeto, desde a propaganda de venda de terras, até a sua efetivação como centro comunitário. A formação de uma nova comunidade normalmente se iniciava pela construção da escola, ponto de encontro de todas as gentes, sem distinção de raça, credo ou situação financeira; afinal de contas, todos se enquadravam num requisito: eram colonos. Por isso a função dada à escola foi muito ampla, pois, lá era o lugar onde o colono aprendia, ensinava, rezava, comemorava ou chorava, enfim, vivenciava a colonização.

Essa equalização dos colonos, promovida pela igreja e escola, permitiu que a programação feita pela empresa colonizadora se estendesse a todos, formando um exército de defensores do projeto, por meio de sua própria identificação com o trabalho de construção de uma nova realidade. Por isso, quando se entrevistam os habitantes locais de Alta Floresta, é comum observar que todos relembram da época da chegada dos colonos como se tivessem vivenciado aquele período. Assim, todos possuem uma memória que demonstra essa estreita identificação dos atores sociais (colonos) com o processo de construção do projeto. Como “a construção da identidade social é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p. 204), a memória e identidade podem então ser negociadas, e deixa de ser considerada como um fenômeno particular de uma pessoa ou grupo.

A identidade social construída se mantém viva nas falas, no modo de recordar o passado, cheio de fatos contraditórios que vão sendo conhecidos e desvendados à medida que são julgados pela realidade presente. É o passado sempre presente que se refere Rousso: “a história da memória tem sido quase

sempre uma história de feridas abertas pela memória, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpitante sobre certos períodos que não passam” (ROUSSO, apud FERREIRA, 1996, p. 95). Ou seja, as feridas do processo de colonização continuam abertas, e por vezes sangram quando são revividas por aqueles que sofreram a ilusão de construir um projeto, e logo depois perceberam que os privilégios não são para todos. Ou que o sonho não ultrapassou a barreira da realização individual do colonizador, materializado por uma legião de admiradores construído pela ação coletiva de instrumentos ideológicos como a família, a igreja e a escola.

A ocupação do Norte de Mato Grosso: a formação de um Novo Norte ou de um Novo Paraná

Nos anos 60, iniciaram-se os movimentos migratórios dentro do país em direção à região Amazônica, com o objetivo de ocupar os grandes espaços vazios. Esses movimentos intensificaram-se a partir dos anos 70, com a construção das rodovias Transamazônica e da BR-163, ao longo das quais deveriam ser assentadas 100.000 famílias. Com o pretexto de integrar a Amazônia à economia nacional e de resolver questões sociais como o problema dos retirantes nordestinos e a luta pela posse da terra no Sul, o Governo Federal entregou ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e ao Banco de Crédito da Amazônia (BASA) a incumbência de organizar a colonização das terras devolutas pertencentes ao Estado. Esses órgãos deram início a esse processo com a construção de rodovias, que foi colocada a cargo do Exército brasileiro. Assim, a BR-163 foi construída pelo 9.º BEC, que partindo de Cuiabá foi até o sul do Pará, onde se encontrou com o 8.º BEC, que havia saído de Santarém vindo na mesma direção.

Os primeiros assentamentos foram realizados no Estado do Pará, Rondônia e no Amazonas, mas não obtiveram o sucesso esperado. Depois de alguns meses, os colonos já haviam abandonado as suas propriedades, fugindo das doenças e da falta de condições para sua sobrevivência e adaptação na floresta amazônica. O fracasso da colonização estatal deu lugar à colonização privada, que se concretizou na aquisição de grandes extensões de terra, junto ao governo, por empresas particulares. Essas terras eram destinadas para fins

exclusivos de colonização e seriam comercializadas posteriormente com os colonos em um prazo determinado pelo governo. As empresas particulares se encarregaram de construir infra-estrutura básica e de organizar a propaganda das terras para convencer os colonos a fixarem-se com suas famílias nas novas propriedades. Desse modo, o Governo Federal abriu a Amazônia para os projetos de colonização ordenada e sob o controle e tutela do Estado.

A região norte de Mato Grosso iniciou o seu processo de colonização que, devido ao fracasso da colonização oficial, optou pela colonização privada e continuou a realizar a política de ocupação sob uma nova forma, mas usando o mesmo discurso oficial anterior: a política de ocupação dos espaços vazios e de expansão da fronteira agrícola. Dentro desse processo de colonização, um projeto que se destacou pela sua organização e instrumentos ideológicos capazes de manter o colono na sua propriedade foi, sem dúvida, a colonização de Alta Floresta. Exemplo típico desse modo de ocupação, foi desenvolvida pela Indeco S/A, que antes mesmo de ter se constituído juridicamente, já realizava na região expedições para reconhecimento e para coletar amostras de solo, com o objetivo de comprovar a fertilidade das terras e a possibilidade do cultivo. De acordo com o colonizador, “para colonizar, um dos pontos básicos para o sucesso, é terra muito boa para o pequeno proprietário” (JATENE, 1983, p. 30).

Quando o governo de Mato Grosso colocou à venda, pelo edital de concorrência n.º 03/73 de 25/07/73, uma área de 2.000.000 hectares de terras devolutas para fins exclusivos de colonização, a Indeco foi uma das primeiras firmas que apresentou um projeto. No entanto, a empresa não tinha interesse na área toda, e assim, “depois de convencer o então governador do Estado de Mato Grosso, José Fragelli, de que era viável a venda desse loteamento em partes, a Indeco adquiriu 400.000 hectares que foi somado a uma outra área de 400.000 hectares que a empresa já possuía na região” (Revista *Alta Floresta*, ano 7, 1983, p. 23).

De posse das terras, a empresa iniciou a ocupação efetiva da região que foi dividida em duas etapas. Na primeira, foi construída a estrada J-1, que, partindo da BR-163, ia em direção à região oeste de Mato Grosso, até atingir o local onde foram realizadas as primeiras construções da cidade. A construção de 148 km de estrada foi realizada pela própria empresa, com financiamentos provindos de recursos do Poloamazônia⁴ e com a duração de dois anos, em

4 Programa do Governo Federal que financiou projetos de colonização da Amazônia nos anos 70 e 80.

que foram “derrubando a mata, e fazendo pontes, boeiros e até a preparação de uma balsa para transpor o rio Teles Pires” (TELLES, 06 fev. 1999).

Na segunda etapa ocorreu a ocupação definitiva das terras do projeto, com a construção da infra-estrutura básica da cidade, das estradas vicinais e a demarcação dos lotes da zona rural. Enquanto eram organizadas as estruturas básicas do projeto, no sul do país eram instalados os escritórios de vendas de terras. Estas unidades de venda de terras da Indeco se localizavam nas regiões Norte e Oeste do Paraná, pois Ariosto da Riva acreditava que ali estava o colono ideal.⁵

No ano de 1976, com a finalização da construção da estrada, os primeiros colonos que chegaram na pequena vila já encontraram ali o barracão da Indeco (com instalações administrativas e alojamento), um posto médico, uma mercearia, e as construções da igreja, da escola, do hospital e das instalações definitivas da empresa, todas em andamento. Quatro anos depois Alta Floresta tornou-se município e foi considerada um fenômeno, passando a ser divulgado no cenário nacional a região, a cidade era sempre mencionada, de maneira enfática, como um sucesso de projeto de ocupação. O crescimento era tanto que o colonizador chegou a afirmar que “dá prá se fazer aqui dois norte do Paraná e um novo Estado de São Paulo” (*Suplemento da Indeco*, 1983, p. 03).

Um dos fatores que contribuiu para o crescimento da cidade foi o garimpo que surgiu na região contrariando os planos de Ariosto da Riva. Alguns moradores, lembram que “a Indeco quis proibir os comerciantes de vender para os garimpeiros, que já eram muitos. Não tinha como, pois na frente de uma pasta cheia de revólveres, a gente não ia falar: eu não vendo pra vocês” (BERTOLDI, 14 dez 2001). Diante dessa situação, promovida pelo medo –ou mesmo pelo pagamento em ouro –, a cidade cresceu vertiginosamente transformando-se num pólo de abastecimento dos garimpos da região.

O garimpo tornou-se, portanto, uma questão bastante polêmica, pois o ouro, no início, representava uma ameaça aos objetivos da colonizadora, que projetara Alta Floresta para ter um destino essencialmente agrícola. Mais tarde ele acabou sendo incorporado, pois apesar dos esforços do colonizador, a febre do ouro atingiu muita gente, ficando de fora apenas um grupo de

5 A expressão colono ideal se deve à situação dos colonos dessas regiões do Paraná, que já eram colonos por tradição, pois a maioria já havia participado de projetos de colonização, mas sobretudo por se constituírem em um grupo de pequenos proprietários de terra, ou mesmo de meeiros, que podiam adquirir um lote de terras, condição primordial para fazer parte do projeto.

seguidores fiéis ao projeto, como os primeiros colonos e alguns funcionários da empresa.

A obstinação de Ariosto da Riva, em fazer de Alta Floresta um sucesso, tornava-o um personagem capaz de revelar múltiplas personalidades: de uma hora para a outra ele mudava de pai para coronel, de herói para bandido, de garimpeiro para empresário, dependendo de quem o descrevia. Mas o que ninguém podia negar é que ele era um líder carismático, atraente, sedutor e muito simpático, que agradava a todos e conseguia muito facilmente vender uma idéia.

Escola ou Igreja na doutrinação do colono

Considerada uma das necessidades básicas para o assentamento das famílias dos colonos, a escola sempre foi prioridade no projeto de colonização. Isso torna-se evidente nas declarações de Ariosto da Riva: “o que eu acho importante mesmo é que dei a oportunidade das famílias se reunirem aqui. Eu tinha colono com filho esparramado por este país afora, filho em São Paulo, filho no Rio, filho não si mais onde... e hoje conseguiu arrebanhar toda a família para cá, juntando toda a família aqui. Afinal temos trabalho, escola e tudo o que precisar para toda a família” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 107).

Essa união da família, segundo o colonizador, se daria em função do atendimento dado pela rede escolar, que fora projetada para atender as necessidades dos colonos. Nesse contexto, a escola, que também era a igreja, serviu para manter o colono no projeto, utilizando como estratégia a formação de uma nova identidade com a terra, que agora se tornara a sua nova residência. Como importantes colaboradores da empresa, os padres também utilizaram a necessidade da escola, – entendida como garantia de futuro para os filhos –, para dar início ao processo de acolhida dos colonos e a sua preparação para a vida em comunidade.

A colonizadora, por intermédio do seu secretário particular de educação, o professor Benjamim, organizou e distribuiu a rede escolar da seguinte maneira: uma escola na zona urbana com capacidade para atender 3.000 alunos, construída em alvenaria, contendo doze salas de aula, laboratório, biblioteca, setor administrativo, sanitários e uma cozinha. A escola recebeu o nome de “Vitória Furlani da Riva” – mãe do colonizador –, numa homenagem à

família da Riva. Essa escola ficou a cargo do padre Jorge Albertini que, assim como a Ir. Margarida, administrou e coordenou tanto a escola pólo quanto as escolas rurais.

No início, as escolas da zona rural, denominadas escolas satélites, eram apenas onze salas de aula distribuídas de acordo com os loteamentos, em estradas vicinais, numa distância de 8 km umas das outras. A escola satélite, segundo os moderadores contava com uma boa estrutura: “Quando eu cheguei aqui, em 77, já havia algumas salas rurais construídas, no padrão, tudo arrumadinho, com um poço, balde, corda, tudo limpinho” (MASSARELLI, 02 fev. 1999).

Essa preocupação com as escolas se deve à necessidade de manter o colono na zona rural, evitando que ele se deslocasse para a cidade em busca de um ensino melhor para os seus filhos. O colonizador estava ciente desta situação: Venho observando o homem da roça, aquele que é analfabeto e tem a preocupação de dar instrução a seus filhos... Isso fez com que implantássemos um sistema de escolaridade rural para ajudar a fixar o homem em seus ambiente de trabalho, lá na roça, na sua propriedade agrícola” (*Folha de Londrina*, 1983, p. 05).

A escola, um espaço que todos poderiam frequentar, era construída, no início, pela Indeco. Posteriormente passou a ser construída pela comunidade, pelo sistema de mutirão, mas sempre com a ajuda do padre. Assim, a escola assumia uma função social muito ampla, que o professor Benjamim descreve detalhadamente:

as escolas foram fundadas sempre em um processo de preparação de uma comunidade, na qual o pessoal, num raio de oito quilômetros podia se juntar no centro comunitário e sentir a mensagem do colonizador que se transformou em pai. O pessoal trata mais como pai do que como patrão. Além disso ninguém entendia nada de cacau, mas nessas comunidades os técnicos do CEPLAC ensinavam para o pessoal as plantagens do cacau etc. Nessas comunidades o pastor protestante, se houver protestante, vai fazer o culto e o padre católico vai celebrar a missa para o pessoal. Eles se reúnem e elegem o seu presidente, seu tesoureiro, seu secretário. Sentem-se unidos – foi criada outra vez a família. É o que talvez eles não tivessem mais lá, judiados pela seca, pela geada, pelos interesses que estavam sendo desestruturados (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 108).

Desta forma, a escola-igreja tornou-se a extensão da casa do colono, pois era freqüentada por todos da família. Um lugar para ensinar, aprender, rezar, festejar, trabalhar; enfim, um lugar para viver e morrer, pois todo e qualquer evento da comunidade era realizado na escola. Esse tratamento dado à população e voltado para o atendimento da necessidade de união familiar no local de trabalho, garantiu a satisfação dos colonos e, por conseguinte, o seu total empenho no desenvolvimento da região. A missão social da escola-igreja foi o coroamento de uma cadeia invisível que se voltava para a garantia do futuro dos filhos, bem como ofereceria a explicação mais razoável para a permanência de muitos colonos: “o que nos prende aqui é a escola, oras! As professoras são muito atenciosas, muito boazinhas, e os filhos da gente têm aonde se apegar” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 117).

O ambiente familiar e religioso criado pelos colonos nas escolas exigia que elas fossem coordenadas por pessoas que tivessem integridade moral e religiosa. Assim, a maioria dos professores das escolas eram as filhas e/ou as esposas dos colonos e, além de dar aulas, elas tinham que assumir a parte religiosa da escola. A professora devia educar os seus alunos como uma mãe educa e orienta os seus próprios filhos. Além disso, devia cuidar da escola como se fosse sua própria casa, pois cabia-lhe fazer a limpeza, preparar a merenda e dar catecismo, além de ensinar às crianças o conteúdo escolar e as técnicas de plantio.

A escola-igreja tinha a função de fomentar o sonho de um amanhã mais seguro frente às dificuldades de acesso à terra. Essa presença ativa da igreja era entendida pelos colono como fundamental, pois, segundo eles, ela tinha

uma participação muito importante né, porque ela deu realmente sustentação a essa parte comunitária, então tudo dependia muito da conscientização das pessoas em participar da comunidade né, vivenciar os problemas da comunidade, e isso era muito junto, a base da igreja era junto com a parte da escola então houve um entrosamento que ajudou bastante a parte das comunidades (ARAÚJO, 13 fev. 1999).

Quando os colonos chegavam em suas propriedades logo recebiam a visita do padre. Depois desse primeiro contato marcavam um dia para a celebração da missa e a criação da nova comunidade, que normalmente levava o nome de um santo ou de uma cidade bíblica. Para o dia da missa eram convidados todos os moradores dos arredores e, após a celebração, era escolhida

uma comissão que representasse aquela comunidade para começar a construção da escola-igreja.

Conseqüentemente, a Igreja Católica foi uma das grandes aliadas do projeto, pois o padre iniciava o processo de organização do colonos em comunidade e depois a relação destes com a colonizadora. As visitas do padre eram constantes, e antes mesmo da escola-igreja estar pronta ele procurava aproximar-se dos colonos, conhecer os seus problemas, ouvir as suas angústias e reanimá-los diante das dificuldades de adaptação à nova terra. Desde o início da colonização o padre Geraldo foi, sem dúvida, uma das pessoas mais amadas e respeitadas pelos colonos.

Visitando esses barracos, eu me apresentava como o sacerdote que atendia a região. O colono anunciava com alegre entusiasmo: – “Fulana, é o padre!” A mulher para os filhos: “É o padre menino toma a benção!” Vinha então toda a família parecendo não acreditar. O ambiente passava a transpirar piedade. Sentia-se Deus presente. Para aquela gente de fé, a presença do padre no meio deles era alguma coisa que Deus havia mandado. Trazia tranqüilidade e segurança. Colonos que estavam desanimados criavam novo ânimo. Quantos não me dizem hoje: – “Padre, foi o senhor que nos animou a ficar. Já estávamos dispostos a voltar. Depois que o senhor visitou em nosso barraco, ficamos animados outra vez” (ARAÚJO, 1999, p. 140).

A união entre as três principais instituições, igreja - escola - família, sustentou o projeto de colonização, ensinando e garantindo o trabalho, a ordem e a regularidade, o que equivalia a zelar pelos bons hábitos e pela obediência ao colonizador. A convivência proporcionada por essa união fez de Alta Floresta uma grande família com a participação de todos os colonos. Essa organização familiar se materializava em gratidão e reconhecimento ao *semeador de sonhos de um futuro melhor* – o colonizador Ariosto da Riva – que se tornou o pai de todas as famílias. A igreja reforçava essa imagem do colonizador como *pai*, e sempre mediava as suas relações com os colonos. Ariosto da Riva sempre se preocupou com as questões mais básicas da vida dos colonos, inclusive as das relações familiares, próprias do espaço privado da família. Pessoalmente, ou com a ajuda dos padres, ele cuidava de todas as questões familiares, mesmo as mais reservadas. De acordo com CHARTIER (1991) “o privado familiar sempre pode ser ameaçado, assaltado pelas ingerências

da comunidade próxima ou solapado pelas imprudências dos seus próprios membros”. Com base nesta afirmação, podemos dizer que também o colonizador se demonstrou preocupado com a integridade das famílias, procurando protegê-las de qualquer tipo de escândalo que pudesse dissolver a estrutura familiar. Isso porque a família era condição fundamental para a existência do projeto, que foi moldado com base em uma estrutura familiar.

Desta forma, a presença viva do colonizador perpassava todas as relações estabelecidas dentro do ambiente escolar, e deste modo influenciava todas as decisões que partiam dali. Sua presença era maior na escola da zona urbana, onde eram realizados muitos eventos comemorativos, dos quais o colonizador fazia questão de participar, trazendo junto toda a família e convidados ilustres como governadores de Estado e até presidentes da República. Assim, o projeto de colonização, planejado em seus mínimos detalhes para ser um sucesso, forjou, no meio da floresta Amazônica, uma sociedade, que colocava a educação, o trabalho e a religião como os sustentáculos de uma política que visava a formação integral de seus participantes, no intuito de fixar e manter o colono junto a sua propriedade rural.

Sob a figura do homem desbravador, o colonizador, que se denominava *pai*, escondeu a realidade de ser apenas mais um empresário que acima de qualquer ato de heroísmo ou nobreza, também pretendia lucrar com a venda das terras. É a isso que o próprio Ariosto se refere quando afirma que “colonização é um negócio rentável, mesmo agindo da maneira que a gente age. Colonização é rentável fazendo seriamente... não dá a rentabilidade dos juros de banco, isso não dá nem por sonho” (RIVA, apud JATENE, 1983, p. 44).

Portanto, o processo de colonização de Alta Floresta apresenta-se como um grande desafio quando se pretende compreender as questões sociais que envolveram a colonização privada do norte mato-grossense. Nesse contexto, a igreja, usando como estratégia a organização da comunidade, conseguiu criar um espaço religioso que deveria servir também à escola. Essa dessacralização do templo religioso, gerada por tantas outras atitudes, como rezar a missa nos barracos dos colonos ou até em baixo de uma árvore se fosse necessário, tinha como estratégia demonstrar que o colono não estava ali sozinho, isolado, mas que Deus, representado pela igreja, estava com ele. Desse modo, a questão mais pertinente neste ensaio é mostrar que a igreja, utilizando o mesmo processo de formação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), conseguiu colaborar com o processo de formação de um colono obediente e produtivo, comprometido em permanecer e lutar pelo projeto de colonização e pelos ideais do colonizador. Essa hipótese se constitui numa possibilidade de reflexão sobre como os instrumentos de manutenção e divulga-

ção do poder das colonizadoras, no caso a escola-igreja, esconderam-se sob uma aparente neutralidade e agiram profundamente na vida dos colonos.

A escola-igreja transformou-se num ambiente favorável ao encontro, à superação da saudade da antiga morada, da falta dos parentes e dos amigos, enfim, tornou-se um lugar de formação de uma identidade social baseada naquilo que os colonos tinham agora: uma nova família que se formava a partir da convivência naquele espaço comum. A análise do papel da escola-igreja nos projetos de colonização pode nos levar a perceber a importância de compreender o contexto social a partir de uma realidade regional que, por sua vez, traz em si todas as marcas da história da parceria entre religião e educação brasileira configurada como instrumento ideológico do Estado. No caso de Alta Floresta ela aparece como instrumento não apenas do Estado, mas também da parceria com a empresa privada. A igreja-escola tornou-se a instituição que exerceu a função de reproduzir o sistema pela ação intencional e/ou emocional daqueles que estavam envolvidos no processo de colonização.

Considerações finais

Trazer do passado – mesmo que recente – um pouco da história dos colonos de Alta Floresta, seus sonhos, suas esperanças, seus medos, suas revoltas, tem um significado que se aproxima da concepção de história cujo objetivo é também “deter-se para acordar os mortos e juntar-se os fragmentos” (BENJAMIM, 1985, p. 223). A pretensão de contar essa história dos colonos está, com certeza, ligada à idéia de tentar reter e descobrir as lembranças que já estavam sendo perdidas. A memória, nesse sentido, e de acordo com GUIMARÃES NETO (1986), designa um ponto de resistência, uma coragem e uma possibilidade única de redimir o passado, e de trazer alguma esperança de salvação, acordando vozes que uma história triunfante esmagou.

A escola-igreja, como um dos espaços formativos da colonização, e pelo empenho com que trabalhava os objetivos da colonizadora, tornou-se um dos instrumentos de negação das histórias de vida dos colonos à medida que enaltecia a figura do colonizador como responsável pelo sucesso de um trabalho coletivo. A escola-igreja, como instituição, sempre se demonstrou preocupada com os colonos, suas vidas, seus sonhos, suas perspectivas, porém não deixou de contribuir no processo de formação do colono obediente e produtivo, de

acordo com os objetivos da colonizadora. Assim, a história ressaltada no contexto do projeto também é a história de um tempo em que um homem predestinado ao sucesso, um verdadeiro herói, fez surgir em plena Amazônia uma cidade que também seria, nada mais, nada menos, do que uma outra versão da Terra Prometida.

Para o colono restava apenas o anonimato de ter participado da construção do sonho do colonizador. Mais grave do que não fazer parte da realização do sonho é não poder questioná-lo, pois mesmo diante da possibilidade de falar das suas angústias, os colonos se calam e se dobram ao recordar os fatos que enobrecem a colonização, e nunca o contrário. O silêncio aqui é promovido também pela ação da igreja, que usando do espaço da escola, aliou-se à força e ao poder do colonizador, fazendo com que, mesmo depois de sua morte, ele continue presente em todos os espaços, provocando o mesmo medo e incerteza do futuro. Assim, a história do colono é sempre a história do colonizador, e cada atitude sua é concebida, pelo colono, como se fosse necessária para a continuidade do projeto. As palavras que fazem parte dessa realidade mais recente, atropelam as palavras que eram mais significativas para a experiência passada. As novas palavras passam a ter um conteúdo cada vez mais estranho às suas vidas, desordenando o seu imaginário social e, assim, “as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra história, por outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade” (CHAUI, apud BOSI, 1994, p. 19).

A outra história – a do colonizador – aparece e rouba a história dos colonos, até porque eles eram os “seus colonos”, e o progresso da cidade conseguia abafar qualquer insucesso individual. Mas o que está sendo realmente banido da memória dos colonos? Com certeza todas as dificuldades e a exploração pelo trabalho. As dificuldades são lembradas, hoje, como fatos irrelevantes diante da realização do sonho, e ninguém se incomoda de lembrar que trabalhava doze ou dezesseis horas por dia. Afinal, de acordo com os próprios colonos e funcionários da Indeco, “era preciso construir uma cidade e isso dava trabalho mas que agora é muito bom, pois dá uma sensação muito boa, uma sensação de um dever cumprido” (TELLES, 06 fev. 1999). A memória de um trabalho social, coletivo, repunha as diferenças da exploração social que era a expressão viva da degradação do trabalhador que havia migrado para lá. As dificuldades de recordar os tempos da chegada funda-se na consagração de um novo lugar em que tudo evoca sempre o presente, expulsando da memória a história dos sofrimentos, substituídos pelas marcas do progresso atual.

Ao estudar a ação da igreja sobre a vida dos colonos, analisamos uma realidade circunscrita a uma região, mas que também carrega em si todas as

marcas de uma questão nacional, e quiçá mundial, que é a migração. O estudo de determinados aspectos de uma regionalidade é hoje uma necessidade pois, como afirma LENHARO em *Crise e mudança na frente oeste de colonização* (1982), o seu objetivo nessa obra foi introduzir uma nova opção metodológica para os estudos regionais, ou redimensionar o conceito de regional dentro da perspectiva do geral. A historiografia regional oferece atualmente novas maneiras de apresentar as questões fundamentais da história, como os movimentos sociais, as atividades econômicas, políticas, culturais, educacionais e religiosas. Essa busca de uma identidade cultural de um determinado contexto histórico faz aflorar o específico de uma determinada realidade que, por sua vez, se constitui nas diferenças.

Desse modo, ao investigar o processo de formação dos colonos de Alta Floresta – forjado pela atuação da igreja, que usou do espaço da escola para formar as comunidades – poderemos levantar elementos que vão caracterizar o processo histórico de ocupação de Mato Grosso. Alargamos, assim, a visão de uma história que atualmente se restringe ao sul do Estado. O fato de a colonização ter promovido um tipo de ocupação feita por migrantes de outras regiões do país, e não com os próprios habitantes do Estado, criou uma dicotomia de interesses. Além disso, também é necessário rever a própria história de Mato Grosso que, segundo VOLPATO (1987), se constitui num campo inexplorado à espera de alternativos veios de pesquisa. É necessário ocupar esses vazios historiográficos, pois eles permitem o aparcimento de abordagens míticas, exploradas pelos discursos oficiais e reproduzidas pelo cidadão comum. A partir de abordagens como essas, se afirma, por exemplo, que os problemas enfrentados pela região são advindos do isolamento a que foi submetida, por não acompanhar o ritmo de desenvolvimento das outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. C. *Entrevista realizada em Alta Floresta*. 13 fev. 1999.

ARAÚJO, R. T. *O movimento boa nova*. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.

BENJAMIM, V. *Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política sobre o conceito de história*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTOLDI, L. *Entrevista realizada em Alta Floresta*. 14 dez. 2001.

BOSI, E. *Memória e sociedade* – lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

CHARTIER, R. et al. A comunidade, o Estado e a família. Trajetórias e tensões. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v. 3, p. 407-617.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

GREIN NETO, V. O criador de cidades. *Suplemento da Indeco*, maio 1983.

GUIMARÃES NETO, R. B. *A lenda do ouro verde*. Campinas, 1986. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Humanas, Unicamp.

JATENE, H. S. *Reabertura da fronteira agrícola sob controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta*. Campinas, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Humanas, Unicamp.

LENHARO, A. *Corpo e alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) - Setor de Humanas, USP.

MASSARELLI, A. P. M. *Entrevista realizada em Alta Floresta*. 2 fev. 1999.

MATOS, H. O perfil do colonizador. *Folha da Floresta*, Alta Floresta, 1ª quinzena abr. 1989.

PEGORARO, P. R. Ariosto da Riva, um eterno pioneiro. *Folha de Londrina*, Londrina, 21 maio 1983.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos: Teoria e História*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VILANOVA, M. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: MORAES, M. (Org.). *História oral*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994.

VOLPATO, L. R. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

TELLES, V. *Entrevista realizada em Alta Floresta*. 6 fev. 1999.

Texto recebido em 14 out. 2002
Texto aprovado em 14 nov. 2002